

**OS GERAIZEIROS E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
VIVIDOS MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL**

Reginaldo Ribeiro da Silva

**Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros –
UNIMONTES**

E-mail: regisd2opara@hotmail.com

**GT03 - Povos e Comunidades Tradicionais: identidades culturais e étnicas e a
percepção das políticas públicas**

Os Geraizeiros são povos que se localizam a margem esquerda do Rio São Francisco no norte de Minas. O nome vem da denominação gerais, ou seja, planaltos, encostas e vales das regiões de cerrados. Esses povos são pequenos agricultores que vivem do plantio de lavouras diversificadas como lavoura de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, frutas, verduras e são grandes conhecedores de ervas medicinais. Todos esses produtos que são cultivados em suas pequenas propriedades são comercializados nas feiras e beiras de estradas que é a principal fonte de renda para a maioria dessas populações. Eles desenvolveram um modo de vida muito peculiar, associando a produção de alimentos, a criação de animais e ao extrativismo de lenha e de frutos nativos como Pequi, Panan, Coquinho azedo, dentre outros, que também são vendidos nas feiras para complementar a renda familiar.

Para conhecer a especificidade dos geraizeiros há que considerar os estudos sobre comunidades tradicionais ou grupos tradicionais rurais. A partir dos estudos sobre comunidades rurais, hodiernamente, em diversos campos disciplinares há o enfoque a partir da conceituação em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que trata dos direitos das populações tradicionais e, derivando daí, os direitos que emergiram na Constituição Brasileira de 1988 para os grupos sociais que contribuíram historicamente para a formação da Sociedade e da Nação Brasileira.

A construção do conceito sociológico de populações tradicionais não será tratada neste trabalho porque requer uma longa discussão. A sua emergência está vinculada ao aparecimento de comunidades diferenciadas como sujeitos políticos no campo do conservacionismo para Barreto Filho (2001). Para este autor, a categoria foi cunhada com o objetivo de demarcar a existência de grupos sociais detentores de características positivas para

a conservação da natureza. De outra forma, Little (2005) enfatiza as reivindicações territoriais de grupos sociais fundiariamente diferenciados frente ao Estado brasileiro, porque detentores de territórios coletivos articulados com apropriação familiar.

Estes dois antropólogos enfatizam por um lado a diversidade sociocultural do Brasil que se expressa, entre outros aspectos, através da pluralidade de formas de uso e apropriação do ambiente ou de territorialidades específicas que tendem a ser reunidas sob a denominação de povos tradicionais.

As comunidades rurais que historicamente ocuparam áreas economicamente marginais construíram para si mesmas um “isolamento”, em grau variável, uma interdependência com a natureza e inscreveram no espaço onde habitam suas especificidades culturais, sociais, políticas e econômicas, transformando as terras habitadas em um território coletivo.

No estudo sobre populações rural a partir do conceito de populações tradicionais, há que considerar, no escopo da antropologia, algumas questões que se imbricam entre si e propiciam fazer uma leitura de seus modos de vida. São eles: Identidade, Organização Social, Território, Sistema de Produção ou Economia e Cultura.

Trazendo esse conceito sociológico de populações tradicionais para a realidade norte de mineira, encontramos diversos estudos com comunidades rurais que podem ser caracterizadas como populações tradicionais, como nos informam estudos de Donald Pierson (1972) estudando o homem no vale do São Francisco. Este autor apresenta como resultado da pesquisa realizada a existência de veredeiros e geralistas ou geraizeiros. Por sua vez, Ladeira (1951 apud Dayrell, 1998),

“impressionado com as vastidões “incultas” no Norte de Minas, cita a existência, no interior das regiões do vale do São Francisco, de pequenos núcleos de populações com denominações especiais, conforme a região habitada: Chapadeiro - os que moram em regiões denominadas de chapadas; Campineiro - os que habitam nas campinas; Barranqueiro ou Vazanteiro - os que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do rio São Francisco”.

A essas denominações pode-se aplicar a conceituação etnicidade ecológica cunhada por Parajuli (1996). Há no espaço social norte mineiro, os chapadeiros, que vivem nas chapadas regionais, o campineiro, gentes que habitam as campinas, os barranqueiros e/ou vazanteiros que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do rio São Francisco.

Como afirma Dayrell (1998) essas identidades vinculadas a diversos grupos populacionais são construídas auto-afirmativa e contrastivamente, pois elas se referem “a outras e a elas mesmas, como sendo vazanteiros, barranqueiros, caatingueiros ou geraizeiros” (1998: 70). Há que considerar, segundo Costa (sd, p.10) que no cenário humano constituinte e constitutivo da realidade cultural, social, política, econômica e ambiental norte mineiras há, também, os quilombolas e os indígenas, notadamente os Xakriabá.

Ainda de acordo com o autor,

Todas essas identidades vinculadas às comunidades ou grupos rurais existentes no norte de Minas são construídas a partir do nicho ecológico em que se encontram situados os mundos sociais vinculados a esses grupos sociais singulares. As identidades são sempre auto-identificações, mas, elas se dão contrastivamente. Os caatingueiros, por exemplo, podem se afirmar como tal porque são identificadas por si mesmos e por outros grupos com quem se encontram e convivem. Enquanto uns se afirmam e são afirmados como caatingueiros, os outros são afirmados e se afirmam como geraizeiros (COSTA, sd, p. 10).

Nessa mesma perspectiva, numa ampla cartografia social regional essas populações tradicionais encontram-se situadas em espaços sociais distintos no território norte mineiro. Na margem direita do rio São Francisco, há os veredeiros, os chapadeiros, os campineiros e os Xakriabá. Os geraizeiros e os vazanteiros estão localizados na margem esquerda do mesmo rio, enquanto os quilombolas concentram-se no vale do rio Verde Grande, mas, também, em diversas outras áreas do território regional e os caatingueiros estão situados nos sopés da serra do Espinhaço na região da Serra Geral. Os barranqueiros vivem nas margens do rio São Francisco, notadamente nas cidades. (COSTA, 2007)

A identificação de cada uma dessas populações tradicionais é construída através da fixação de algum aspecto de sua cultura que é afirmado como o diacrítico a partir do qual é construída a diferença frente a outras populações com quem se relacionam.

Nesse sentido o signo identitário dos geraizeiros está vinculado à formação a que se denomina gerais, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados, com suas vastidões que dominam as paisagens do bioma Cerrado. Nesse ambiente, o aspecto que os diferencia é uma forma singular de apropriação da natureza, regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos (DAYRELL, 1998). Com o plantio de lavouras

diversificadas em espécies e variedades, essa população tradicional constrói seus sistemas de produção.

Uma forma singular de apropriação da natureza é o aspecto distintivo das populações identificadas, como as geraizeiras, como possuidoras de modo de vida tradicional. O sistema de produção elaborado secularmente se estrutura na articulação de lavouras diversificadas em espécies e variedades, da criação de gado e animais de transporte, e do uso dos cerrados com seus tabuleiros, espigões e chapadas de onde retiram, por meio do extrativismo, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. A reprodução material e social de cada família e de cada coletividade, como uma unidade social, é decorrente, da diversificação produtiva em que a relação com a natureza se realiza pelo manejo de quatro grandes unidades ecológicas presentes no cotidiano de cada geraizeiro: a chapada, os tabuleiros, os carrascos e as vazantes.

O principal aspecto da vida dessa população vivendo nos gerais que é transformado em diacrítico é a lógica da ocupação do terreno e o manejo nele desenvolvido, além da constituição de todos os grupos familiares em uma comunalidade que se apropria do espaço transformado em território de cada comunidade ou grupos locais.

Poucos estudos existem sobre a origem do sistema produtivo geraizeiro. Pode-se afirmar a contribuição da agricultura indígena, da colonização portuguesa e a influência dos negros oriundos da África. Dayrell (1998) tendo como principal referência Diegues Junior (1975) cita os elementos culturais fornecidos por distintas tribos que nos legaram a mandioca, o milho, a batata doce, amendoim, inhame, cana, queijo, entre outros alimentos, ainda o tabaco, a pesca, a tecelagem e cestaria, o uso das plantas medicinais, costumes, ritos.

POLÍTICA DE ESTADO NO SERTÃO NORTE MINEIRO

A lógica desenvolvimentista emergiu no cenário regional, incipientemente, nos anos 1940 com a criação das sociedades rurais em algumas cidades norte mineiras, mas aprofundou-se a partir dos anos 1970 com a implantação da modernização da agricultura, que não levou em conta as populações que aí viviam secularmente, privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade. As áreas de terras devolutas, ou seja, terras de ninguém, mas de apropriação coletiva pelas populações tradicionais foram consideradas pelo governo Federal e Estadual como terras inteiramente desocupadas e inproveitadas, situadas no domínio do Estado.

Nestas terras de ocupação tradicional, principalmente dos geraizeiros, ergueu-se uma floresta exótica de eucalipto e pinus para subsidiar o pólo siderúrgico mineiro e a maior planta de celulose do mundo. Esta política estava afinada com o pensamento da geopolítica dos militares no período da ditadura, onde, em nome da segurança nacional, propugnava-se a ocupação dos espaços considerados “vazios econômicos”.

Até meados dos anos 70 e em seus diferentes agroecossistemas, a produção se organizava em torno de grandes fazendas de criação de gado ou de núcleos esparsos de agricultores familiares que viviam de uma agricultura diversificada, criação em pequena escala de animais, da caça, pesca e da coleta dos recursos vegetais oferecidos pelos ecossistemas locais. Como produtos exportados pela região, além do gado, farinha de mandioca, rapadura, o couro e diamantes. (COSTA, 1997)

Outro setor incentivado, agora com o discurso de ser a única solução para enfrentar a seca, foi à produção agrícola moderna e intensiva, principalmente, via irrigação.

O uso intensivo de maquinaria pesada, agrotóxicos e fertilizantes nestes projetos de pecuária, reflorestamentos e irrigação, além de degradar os solos e contaminar os trabalhadores, passaram a poluir os recursos hídricos, fundamentais para a sobrevivência de numerosas populações moradoras do semi-árido norte mineiro.

Segundo Dayrel (1998) o processo desenvolvimentista aconteceu de forma acelerada, alterando drasticamente a paisagem regional,

“Os agroecossistemas tradicionais, extremamente diversificados, cederam lugar a uma agricultura homogênea e monótona, onde a utilização de maquinaria pesada, adubos químicos e agrotóxicos vem aumentando a erosão dos solos e a poluição por produtos altamente tóxicos, dos poucos recursos hídricos e ameaçando tanto a vida humana quanto a fauna nativa ainda existente. Pastagens e reflorestamentos homogêneos dominam, hoje, a paisagem dos cerrados, ao lado de capoeiras degradadas e grandes manchas de áreas indicativas de pré-desertos.” GEA (1991 apud Dayrell, 1998, pag. 81)

Além desse projeto de desenvolvimento na perspectiva da expansão das fronteiras capitalista ocorrido no norte de Minas que não levou em conta a existência de uma diversidade de populações rurais que, historicamente, desenvolveram estratégias sensíveis no

manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, o uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes e no aproveitamento intrínseco da biodiversidade presente na flora nativa. Surgem as políticas de criação de unidades de conservação ambiental como unidades de compensação em varias localidades do norte de Minas.

Nesse sentido o segundo momento que emerge na vida das populações rurais, do município de Grão Mogol, em fins dos anos 1990 é a implantação do Parque Estadual de Grão Mogol.

Os geraizeiros no entorno do Parque, seis comunidades tradicionais que se articulam entre si, perderam o direito de permanecerem em suas terras. Sendo elas, as comunidades de Bocaína, Santa Rita, Bosque, Taquaral, Bosquinho-Ventania e Serra do Barão que constituem uma coletividade que hodiernamente se vêem pressionadas a abandonarem suas terras devido à implantação da unidade de conservação (LAUDO ANTROPOLOGICO, 2006). Há que considerar, que outras populações próximas do parque, utilizavam de extrativismo, garimpo e coleta de lenha, para garantirem sua sobrevivência. Passaram a conviver com um número sempre crescente de funcionários de órgãos ambientalistas fiscalizando o Parque e as populações do seu entorno.

Esta unidade de conservação criada através do Decreto n 39.906, de setembro de 1998, estabelece a área que deverá ser protegida pelo Estado e também pelas populações que estão localizadas no seu entorno.

Com uma área de 33.324,72 hectares o Parque se inicia nas proximidades do perímetro urbano e se estende pelas serras da região até a comunidade de Santa Rita, distante aproximadamente 80 quilômetros. Nesta área encontra-se uma grande diversidade de espécies de plantas e animais e também concentra uma grande quantidade de nascentes de água que deságuam nos diversos córregos que cortam o Parque e, por fim, deságuam no rio Itamcambiraçu, um dos principais afluentes do rio Jequitinhonha.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS VIVIDOS POR PELOS GARAIZEIROS QUE PODEM SER APREENDIDOS NA FEIRA LIVRE

Para uma apreensão maior desses impactos na vida desses geraizeiros foi escolhido realizar uma observação direta na feira livre do município de Grão Mogol. A feira livre é um locus privilegiado para se observar também as transformações sociais vividas por essas populações. A “oferta dos produtos” realizada por esses geraizeiros na feira livre e as

estruturas significativas nelas contidas possibilitou fazer uma leitura dos processos de transformação social que historicamente essas populações, assim como outras do norte de Minas, estão sofrendo.

A partir da observação dos produtos e dos tipos de produtos que são ofertados por esses feirantes e de como eles contam quais eram e quais tipos de produtos que ofertavam na feira livre anterior as políticas impostas pelo Estado, fica evidente as readaptações realizadas por eles.

O processo de chegada das carvoeiras em decorrência do objetivo de atender à crescente demanda por carvão vegetal para o pólo siderúrgico do Estado trouxe grandes conseqüências para as populações locais. Na feira livre, em conversas com feirantes e ex-feirantes há muito tempo não tem mais oferta de arroz de pilão.

Segundo o ex-feirante Antonio de Melo de 77 anos, da região de Vargem da Onça.

Tinha de tudo, farinha, rapadura, arroz, tudo, agora arroz não era arroz... Era arroz só de pilão só, tudo, tinha de tudo, fartura, vinha de Maria Nopoles, Josenopoles, vinha de todo canto dessa região, mas era cargueiro, não havia há, a não fosse tropa, tinha as tropas, tropeiro mesmo que era daqui era só meu pai... (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09).

Na fala dele, assim como na fala do Senhor José de Braulino de 64 anos, da região de Jataí, havia oferta de arroz na feira,

Desde que eu comecei lá, tinha feijão, milho, arroz, frango, ovos, carne, eram essas coisas rapadura, café, requeijão, queijo, doce, q mais? Era mais ou menos isso ai. Cebola, o alho, era só, por que cenoura, essas coisas, o povo plantava era ervilha, que hoje não planta mais as principais coisas eram essas. (José de Braulino, entrevista, 19/09/09)

Senhor José de Braulino, não é feirante mais, somente sua esposa Dona Tudinha é a feirante da família. A causa do não cultivo mais de arroz segundo eles é a escassez de água.

Antonio de Melo diz,

Aqui pra nós não tem mais não, aqui pra nós acabou o arroz... O tempo bom de arroz, você planta agora, agora em outubro se tiver chuva no cacho dele ai ele é bom pra arroz, se tiver chuva no cacho, se

faltou chuva no cacho ele não da não nada, e maior parte ta faltando chuva é no cacho... Ai não tem como produzir. Até que pra criar com qualquer chuvinha criam, mas se faltou chuva no cacho não produz... Não ta tendo mais chuva... Acabou as terras de brejo chovia muito, conservava as terras de brejo ai, cadê não tem mais. Lugar que era brejão... (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

Senhor José de Braulino ainda acrescenta outro fator que justifica a desestruturação do processo produtivo,

Capivara come tudo arroz. Antes tinha muita água para todo lado, elas espalhavam. O cara desmata a beira de rio vem à chuva e leva a terra para o rio. Eu peguei muito peixe e agora não tem mais. Carvão, desmatamento para fazer carvão. Hoje esta cabeceira de jataí, estão desmatando e plantando eucalipto. (José de Braulino, entrevista, 19/09/09)

Após o processo de desmatamento para produção de carvão vegetal, o Estado tinha como política o reflorestamento dessas áreas para, com a implantação de monoculturas de eucalipto, para suprir a demanda, das indústrias de papel e celulose.

Como apresentado na fala do Senhor Braulino, o desmatamento seguido do secamento dos rios fez com que as capivaras migrassem para as poucas reservas de água que ainda persistem, em consequência disso atacando as poucas plantações de arroz que ainda sobrevivem na região.

A desarticulação do sistema produtivo pode ser percebida também pela presença de novos produtos na feira,

“hortaliças, verduras, banana, jaboticaba, manga, quem é que dava valor nisso, mas isso vivia perdendo pra todo canto. Isso ninguém dava valor nisso não. É hoje, é que tem isso que tem esse valor, ainda nem a jaboticaba lá, ta ruiva lá no pé leva lá para o comercio... Hoje é que ta isso... É como eles falam lá pra cima que o vale do Jequitinhonha ta na miséria, hoje é que ele ta na miséria, naquele tempo não tinha nada disso não, ninguém envolvia com manga, ninguém envolvia com banana... Tinha fartura demais para todo canto, uma fartura.” (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

Segundo relatos do Senhor Antonio de Melo a escassez de frutas provocadas pelo desmatamento para a produção de carvão, teve como consequência a diminuição da oferta natural de frutas. E por isso, hoje se encontra fruta a venda na feira, as frutas se tornaram um produto escasso. Virou mercadoria.

Mas depois que veio a carvoeira cabo, cabo esses tem tudo e foi cabando tudo e foi tudo cabo a carvoeira cabo as frutas de um lado, hoje se você plantar uma rocinha, se você plantar uma rocinha não tem mais uma fruta para um bicho comer um passarinho, um periquito comer ela vai comer e sua roca, comer a rocinha que você plantou então foi isso o que cabo mesmo que fez mais falta no lugar foi o carvão, isso que mais fez falta no lugar. (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

A fala dele aponta para outras mudanças provocadas pelo desmatamento, como acabou o alimento dos pássaros, eles vêm alimentar na lavoura.

Cortou as arvores, cortou as fruteiras cortou tudo cabo com tudo ne isso e que cabo mais com o lugar, num tem mais como era antigamente isso aqui era macaqueira pra todo canto, era fruteira de pau d'óleo pra todo canto era murici pra todo que era canto, era goiaba pra valer pra todo canto, cadê que tem isso mais, botou tudo no carvão... O que, que um louro vai comer o que, que um periquito vai comer, o que uma maritaca vai comer, era o que eles comiam cabo,... Se tiver uma espiguinha de milho lá,... Eles vão arrancar nela lá e comer ela toda, é isso e que cabo com mais com o lugar foi o carvão, foi quando fundou carvoeira pra cá e que, a siderúrgica, hoje é ferro, põem tudo no ferro. (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

Outra mudança significativa na vida dessas pessoas é o processo de cercamento de terras. Até então, e principalmente nos gerais, as terras não eram cercadas. Tanto os grandes fazendeiros quanto os pequenos sitiantes, todos aproveitavam os gerais para criarem seus animais, coletarem plantas medicinais, madeira e frutos. Principalmente na época de seca, quando a produção das roças não era suficiente.

Segundo os informantes os gerais tinham uma rama mansa e tinha água à vontade. Serviam para o gado pastar no auge da seca, antes das primeiras chuvas. Quando era falta de chuvas, o coco catule era quebrando para dar as galinha.

O acesso a alimentação para o gado no período das secas era maior quando se podia criar à solta mantendo assim uma regularidade maior na produção de leite das vacas quando desse cria, fornecendo o leite diariamente. Esses são aspectos apontados por Dayrel (1998) em sua pesquisa realizada no município de Riacho dos Machados, na divisa com Grão Mogol.

Segundo o senhor Jose de Braulino,

Na chapada, foi chegando reflorestamento foi desmatando, tinha muito terreno que era devoluto à floresta foi pegando pra ela fechou, fechou tudo... Ficou mais difícil por o cara às vezes, não tem onde cria, e naquele tempo você podia criar não era proibido, não tinha asfalto, ninguém proibia tinha uma grande parte de chapada que você podia ter vários gados dentro ninguém ia te falar nada, tava na solta mesmo, hoje você não acha mais, ta tudo fechado, também não tem água, as águas que tem ta toda fechada, se soltar uma criação sua pra fora ela morre de sede, você tem que correr atrás achar se não ela morre de sede por que não bebem. Cabo os meios. (José de Braulino, entrevista, 19/09/09)

Com a implantação do Parque aumenta a limitação de recursos no sistema produtivo desses geraizeiros. Principalmente para quem mora no seu entorno. Em conversa com morador da região, e também feirante, o mesmo informa que depois da criação da Unidade de Conservação a vida deles tornou-se mais difícil. Segundo ele, a ameaça por parte do IEF e da Policia de Meio Ambiente tornaram-se freqüentes obrigando-os a evitar o trabalho nas áreas até então utilizadas por eles.

Em conversa com o presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Tingui, Vanderley de Oliveira, de 46 anos, morador da comunidade de Ventania, uma das comunidades que compõe a região, o mesmo informou que depois do Parque a sua movimentação ficou restrita ao quintal fechado e as bananeiras que ficam um pouco distante da propriedade. Segundo ele, o que antes era uma área amplamente movimentada por causa do garimpo, hoje se constitui num verdadeiro deserto onde não se vê ninguém e também não se planta nada.

Segundo Vanderley, a feira é um importante espaço para eles venderem seus produtos, mas a implantação do Parque dificultou o processo produtivo e a oferta de produtos na feira,

A nossa região ela não produz sem queimar entendeu, se não queimar a nossa região não produz,... Se plantar tudo tem que colocar o adubo químico, e sapecando a terra não precisava, na nossa região não precisava... Então é questão de nós hoje não poder queimar, é isso aí, o povo questiona, não sou só eu, mas a região toda lá questiona,... Por que roçar não pode roçar, queimar não pode por fogo, tirar uma madeira pra fazer a cerca não pode tirar mais, então muita gente já tá fora, tem uns que fica desesperado. (Vanderley de Oliveira, entrevista, 18/09/09)

Segundo ele, hoje não tem condição de mudar para a terra mais nova e a terra cansada não produz mais. Pode plantar quatro anos na mesma terra, e depois você tem que mudar, mas hoje você não pode mudar para deixar a terra descansar.

O plantio de lavouras que era feito nas terras que margeiam os diversos rios e córregos que cortam a região foi suspenso com o intuito de se evitar um conflito maior. As ameaças de prisão e multas obrigaram boa parte dos moradores da região a abandonarem tanto as lavouras quanto o garimpo que também era praticado na região.

Estas ações determinadas pelo Estado proporcionaram a migração para a cidade de Grão Mogol de centenas de pessoas que historicamente ocupavam a região e hoje se amontoam na pequena cidade que vive do comércio e do turismo.

Até mesmo geraizeiros que não moram na área do Parque, sentiram as mudanças em suas vidas,

Acabou uai. Foi empregar lá nós eucalipto, plantar eucalipto, com outras coisas. É como em Grão Mogol, se acha em Grão Mogol, a maior parte, não havia aposentadoria naquele tempo. Povo vivia era do garimpinho, era do diamante, era do feixe de lenha. Quem é que pode pegar um feixe de lenha? Não pode pegar mais em nada. Acabou ne. Quem é que pode tirar um diamantinho ali mais? Muita gente ali vivia é do garimpo. (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

Segundo senhor José de Braulino tinha época que as pessoas viviam da coleta de plantas exóticas como a Sempre Viva, uma florzinha.

Se por um lado as populações foram empurradas, pelas empresas reflorestadoras e pela modernização agropecuária que atuam na região, para as beiradas dos rios, por outro lado, a criação da Unidade de Conservação também empurrou estas mesmas populações para fora de sua área limítrofe.

REFERENCIAS

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **“Populações Tradicionais: Introdução a Crítica da Ecologia Política de uma noção”**. In: Workshop Sociedades Caboclas Amazonicas: Modernidade e Invisibilidade. Parati, RJ, 2002 (mimeo).

COSTA, João Batista de Almeida. **Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: O Norte de Minas como Síntese da Nação Brasileira**. In: Revista Verde Grande. Vol.1, n.3(dez./fev.2005). Montes Claros: UNIMONTES/SEMMA, 2005.

_____. **Populações tradicionais do sertão norte mineiro e as interfaces socioambientais vividas**. (mimeo)

_____. **Tempo reversivo e espaço transfigurado: etnocídio nas veredas do sertão**. (mimeo)

DAYREL, Carlos. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Universidade Internacional de Andalucia Sede Ibero Americana - La Rábida 1998. (Dissertação de mestrado).

LAUDO ANTROPOLOGICO, **De comunidades Rurais da Área do Parque Estadual de Grão Mogol**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. **“Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”**. In: Anuário Antropológico, 2002/2003, pp. 251-290, 2005.